

ESPORTE ESCOLAR



*Legados dos Megaeventos
para o Esporte Escolar*

Questionamentos:

Experiências do voleibol

*Esporte na Escola ou
Esporte da Escola?*

*Treinamento Escolar:
como?*

Sumário

Educação Física Escolar: cuidados e recomendações na prática dos exercícios físicos entre crianças

ALESSANDRO BARRETA GARCIA pág.4

Vôlei, cultura e ambiente pág.10

Esporte como meio social para estudantes: a experiência do voleibol na Morungava

RODRIGO KOCH pág.14

Tecnologia a serviço do esporte olímpico pág.19

CREF2/RS pág.22

O Esporte Escolar e os legados dos megaeventos esportivos

EDUARDO MERINO pág.25

Esporte na escola: Discutindo sua significância, refletindo sua prática

HANS GERT ROTTMANN pág.33

Treinamento Escolar

JOBER TEIXEIRA JUNIOR pág.43

Escola e Esporte Escolar

HUGO LOVISOLO pág.47

Ônibus da Copa começam a circular em Porto Alegre pág.55

Escola e Esporte Escolar

HUGO R. LOVISOLO*

RESUMO

O autor defende a proposta de uma educação física escolar que supere discussões ideológicas a partir, sobretudo, de valores que se supõem não conciliáveis (cooperação e competição, por exemplo). Propõe que a educação física escolar, como as outras disciplinas e atividades, deve tanto criar as condições para se atingir mínimos de competência quanto as possibilidades para o desenvolvimento dos talentos. Visualiza a educação física escolar como formando parte de um projeto amplo de apropriação cultural, experimentação e avaliação por parte dos estudantes. Como condição, ela deve estar integrada no projeto escolar e na gestão, cuja meta é gerar arranjos organizacionais e acordos deliberativos para o agir em comum. Solicita que os professores de educação física argumentem sobre aquilo que fazem, como o fazem e os resultados que esperam atingir, ou seja, que se igualem com todos os professores. A ação educativa deve tanto ser capaz de planejar seu fazer nas condições dadas quanto criar novas condições mediante parcerias. Por último, destaca o papel do Estado no apoio às inovações geradas no pro-

cesso escolar.

Palavras chaves: escola, educação física, conciliação e inovação.

O campo das teorias sobre a educação física escolar esteve nos últimos 30 anos atravessando graves enfrentamentos pedagógicos ou ideológicos (Saviani, 2008). Durante a ditadura militar, o movimento de oposição se interiorizava como luta política no seio da escola e da educação física. Nesse contexto, a crítica ao tecnicismo ou ao esporte competitivo ocupou um lugar de destaque nas orientações políticas contrárias ao “Brasil Potência”. Algumas das propostas críticas chegam ainda aos nossos dias (ver Stigger e Lovisolo, 2009).

Parece constituir um grande paradoxo o fato de que o esporte competitivo ganhou tremendo destaque durante a consolidação e ampliação da vida democrática. A evidência é que durante o Governo Lula se consolida o Brasil como “potência” emergente no campo do esporte de

alto rendimento; para isso tivemos investimentos, consideráveis, realizados para o Pan-americano e ainda maiores devem ser os que viabilizarão a Copa do Mundo de Futebol e as Olimpíadas. Ao mesmo tempo, as práticas orientadas pelos objetivos de saúde, de lazer e as esportivas alternativas às realizadas nas escolas e nos clubes se multiplicaram. Neste tipo de programas há envolvimento dos três níveis de governo com diferenças de orientações e intensidades. A atividade física, o lazer e o esporte não competitivos, não podem ser julgados apenas considerando que o investimento neles é menor que o realizado no competitivo. Deveríamos observar mais de perto a demanda e os níveis de satisfação locais, quantitativa e qualitativa, com os programas em curso e reconhecer que certos modos de “reação”, que faziam sentido no contexto político da ditadura, parecem permanecer nas novas condições políticas.

Contudo, os objetivos educa-

tivos da educação física escolar foram postos em oposição, como se o trabalho na direção de um fizesse obrigatória a exclusão de outro. Na maioria dos casos, se trata de visões estreitas ou de propostas fechadas em torno de princípios ideológicos visto como antagônicos que ainda perderam, sobretudo nas propostas e nos trabalhos de pesquisa. O fechamento desconhece que na sociedade plural existem valores não convergentes que, nem por isso, tornam antagônicas as práticas (Lovisol, 1995). Os valores perseguidos, transformados em objetivos da intervenção, deram lugar à emergência de “tribos” de intervenção que esquecem as junções ou recombinações feitas pelos atores sociais. De fato os atores juntam e conciliam valores não necessariamente convergentes como, por exemplo, a atividade física cuja finalidade é estética com a atividade orientada para a saúde (Lovisol, 1997). Níveis desejados de colesterol, que resultam da nutrição e atividade

física orientada por objetivos estéticos, não são por isso menos desejáveis.



Vejamos alguns casos na teoria e prática escolar com o intuito de exemplificar o tipo de enfrentamentos postos em jogo. Destaquemos antes que nossa proposta é que eles podem ser articulados, ou conciliados, produzindo acordos que reduzam o campo de batalha educacional em geral e, em particular, o da educação física. Observemos que uma gestão democrática da vida escolar se caracteriza por criar arranjos organizativos e processos de elaboração coletiva que permitam formular acordos para a

ação. Sem acordos, que nos levem a pensar que estamos remando na mesma direção, a unidade ou identidade simbólica da escola deixa de existir e ficaremos sem identidade e sem rumo.

Existem dois princípios centrais de organização da sociedade e dos grupos sociais: competição e cooperação. Os indivíduos se relacionam cooperando ou competindo para atingir finalidades ou bens específicos. No esporte coletivo, por exemplo, a competição entre os times exige a cooperação interna que implica solidariedade entre os atletas e compartilhamento de conhecimentos e achados técnicos e táticos. As montadoras de carros, que competem entre si, necessitam da cooperação de seus fornecedores e funcionários.

A prudência indicaria que no universo da escola e do esporte escolar deveríamos socializar em ambos os princípios. Aprender a utilizar cada um deles segundo o problema a ser enfrentado em suas circunstâncias é

importante para a vida boa. Isto não significa um mundo sem conflitos, apenas que as soluções devem ser produzidas mediante processos deliberativos e argumentativos que caracterizam o ideal da vida democrática. Uma tarefa central da gestão é a de criar arranjos organizativos, não excludentes, que permitam mediante a deliberação gerar acordos na definição dos problemas e de suas resoluções.

Outros colocaram em oposição o conhecimento do desenvolvimento do desempenho esportivo com o conhecimento da cultura do esporte, oposição que se reflete até nas orientações oficiais (Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs). Ambas as dimensões parecem estar entremeadas na prática, embora diferentes indivíduos possam se especializar em ou outra área de pesquisa e desenvolvimento. Conhecer o percurso histórico de um esporte em suas relações com a sociedade, e na sucessão de respostas técnicas e táticas,

parece importante tanto em termos da cultura esportiva, e da crítica cultural ao esporte, quanto no desenvolvimento da capacidade de avaliar recursos e inovações para maximizar o desempenho.

Por vezes, as propostas da educação física estão excessivamente centradas sobre si mesmas. Esquecem que desde a gestão da escola à didática de cada aula os valores e objetivos orientadores do processo educativo interagem de forma controlada e aleatória, seja qual for a divisão das disciplinas e atividades. Estamos hoje diante de demandas de uma escola que prolongue seu tempo escolar para poder diversificar as oportunidades de apropriação cultural e de efetuar “compensações” diante das dificuldades singulares de aprendizagem. Isto significa que além de melhorar o desempenho em disciplinas chaves, como línguas e matemáticas, desejamos uma formação científica mais sólida, porém, vinculada à formação e expressão ar-

tística e corporal. A demanda de um horário escolar mais extenso está também estruturada pelo ritmo de vida das famílias, sobretudo, diante da incorporação generalizada da mulher ao mundo do trabalho fora do lar. Embora a extensão do horário não seja uma garantia automática de qualidade, ela pode colaborar, no caso do Brasil, na melhoria do ensino e da aprendizagem. A demanda por extensão da jornada escolar, então, tem tanto origem interna quanto externa à escola, e aparece como uma possibilidade a ser transitada, experimentada e avaliada.



Temos uma forte demanda de formação global diversificada que

permita a escolha e a experimentação de talentos, vocações, interesses e gostos por parte dos estudantes, facilitando o crescimento da qualidade da educação. Por vezes as avaliações que medem médias de desempenho confundem o agir educativo. Acreditamos que temos ainda duas tarefas na educação: por um lado, garantir mínimos de aprendizagem ou de apropriação ativa de conhecimentos e atividades; por outro, criar oportunidades para o desenvolvimento dos talentos. Estas tarefas são tão válidas no campo da aritmética e do letramento, como agora podemos dizer, quanto no campo da prática esportiva e das artes. Pessoalmente gosto da analogia do cérebro com um canivete suíço. Todos possuem as mesmas ferramentas, contudo, cada cérebro se diferencia pelo tamanho e qualidade das que possui. Creio que dizemos que alguém tem talento quando apresenta uma ferramenta excepcional. Os possuidores de ferramentas excepcionalmente boas devem

encontrar condições para seu aperfeiçoamento. Em nome da inclusão de ferramentas imperfeitas não devemos nem podemos gerar a exclusão de ferramentas excepcionais. Nada nos obriga a escolher e podemos dizer: queremos fazer isto e aquilo. A vida não é um sistema lógico e, nela, a contradição, entre isto e aquilo, pode ter um papel dinâmico e positivo.

A educação física também deve lidar com ambos os objetivos: possibilitar o desenvolvimento de um mínimo de competências ou ferramentas em todos e favorecer o aperfeiçoamento daqueles que apresentam a excepcionalidade que chamamos de talento. Se como os gregos, nos perguntássemos qual é a virtude do talento? Creio que responderíamos que é a facilidade de seu possuidor de aprender e agir em campos específicos. O talento pode facilitar correr, resolver problemas de matemáticas, executar contorções circenses, criar imagens, produzir sons ou qualquer outra coisa que va-

loramos. Se eliminarmos o esporte competitivo, teremos que dizer adeus aos talentos que dela participam. Da mesma forma que se eliminarmos a pacífica competição científica teremos que dizer adeus aos talentos que fazem sua história. Nesta linha de argumentos, a detecção e aperfeiçoamento de talentos não devem ficar fora da escola em nenhuma disciplina ou atividade.

A educação física deve situar-se de modo a poder dar respostas atraentes e eficientes para essas duas tarefas, mínimos e talentos, articulando-se com outras disciplinas e atividades. De praxe, a inexistência de condições favoráveis é posta como razão do desânimo e da redução de seus objetivos. Entra de novo o valor da gestão criativa no planejamento, na coordenação e execução das ações. Sempre nos podemos fazer duas questões: a) o que é possível fazer com as condições que temos? e b) como as condições podem ser modificadas ou como construímos

novas condições?

Em uma sala de 40 metros quadrados, muitas coisas podem ser feitas: jogos, ginástica, artes marciais, artes circenses e dança entre outras; desenvolvendo força, resistência, elasticidade, equilíbrio e coordenação em função de parâmetros de idade e gênero. Nem só da quadra poliesportiva pode “viver” a educação física escolar. Mas também, a gestão pode modificar as condições. O uso de equipamentos de clubes e praças pode abrir possibilidades de atividades esportivas para a educação física quando os espaços escolares são insuficientes. A gestão das parcerias para modificar as condições é, então, um aspecto central do desenvolvimento da educação física escolar.

A educação física escolar deve estar integrada no projeto e planejamento escolar. Mais ainda, ela deve formar parte da gestão da escola.

Ainda temos muitos colegas docentes que pensam que a educação

física é o momento no qual eles ficam livres para corrigir os cadernos ou para solucionar problemas pessoais. O problema não está no fato de fazerem essas coisas, o problema está na visão parcial e deformada, por vezes meramente intelectualista, da formação escolar.



Hoje o professor de educação física faz uma licenciatura tão regulada quanto a feita pelos professores de língua ou de matemática. Supomos que estamos diante de formações equivalentes. Portanto, é a vez de convencer, de argumentar, de dizer para que e como se está na

escola e quais os resultados esperados. É a vez de discutir o projeto da escola e sua gestão. Esta tarefa é difícil e requer muita energia. Sempre será mais fácil levar uma bola para que se jogue futebol enquanto se olha o jornal. Contudo, esta estratégia conduzirá inevitavelmente à mesma “ladainha” sobre a falta de valorização e a carência das condições para o exercício da profissão de educador físico.

O Estado deve participar ativamente apoiando os projetos inovadores e responsáveis que tentem desenvolver uma educação física escolar integrada na vida da escola e disposta tanto a gerar mínimos de competências e habilidades quanto a criar condições para o desenvolvimento dos talentos.

Referências

Lovisololo, Hugo R. *Educação física, a arte da mediação*, Rio de Janeiro, Ed. Sprint, 1995.

_____. *Atividade física, educação e saúde*, Rio de Janeiro, Ed.

Sprint, 1997.

Paro, Victor Hugo, *Gestão escolar, democracia e qualidade de ensino*, São Paulo, Ed. Ática, 2007

Saviani, Demerval, *A pedagogia no Brasil, História e teoria*, São Paulo, Autores Associados, 2008.

Stigger, Marco Paulo e Lovisololo, Hugo R., (org.) *Esporte de rendimento e esporte na escola*, São Paulo, Autores Associados, 2009.

* Hugo Rodolfo Lovisololo é doutor e mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; pós-doutorado em Ciências dos Esportes pela Universidade do Porto. Atualmente é professor adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e do mestrado em Desenvolvimento Social da UNISUAM.